



DECRETO Nº 4.768, DE 22 DE JANEIRO DE 2026.

Dispõe sobre a regulamentação da concessão do auxílio alimentação e do auxílio moradia, para o médico do programa "mais médicos para o brasil", e dá outras providências.

GILBERTO DONIZETI DE SOUZA, Prefeito Municipal da Estância Climática de São Bento do Sapucaí, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO a Lei nº 1.685 de 04 de julho de 2014, que dispõe sobre a oferta de moradia, deslocamento e alimentação aos médicos inseridos no "Programa Mais Médicos para o Brasil" e dá outras providências.

CONSIDERANDO que a Portaria nº 300/2017, de 05 de outubro de 2017, alterou a Portaria Interministerial nº 30/2014 MS/MEC, que regulamenta o Programa, atribui aos Municípios elegíveis contemplados pelo Programa, o ônus relativos ao adimplemento com os custos de moradia, transporte e alimentação dos médicos participantes;

DECRETA:

Art. 1º. Fica regulamentada a concessão do Auxílio Alimentação e do Auxílio Moradia, pagos ao médico vinculado ao Programa "MAIS MÉDICOS PARA O BRASIL", nos termos deste Decreto.

Art. 2º. O fornecimento de moradia aos médicos participantes do Programa Mais Médicos para o Brasil poderá ser feito nas seguintes modalidades:

- I** - imóvel físico;
- II** - recurso pecuniário; ou
- III** - acomodação em hotel ou pousada.

§ 1º As modalidades de que tratam os incisos I e II deste artigo devem ser prioritárias nas situações em que o médico participante esteja acompanhado dos familiares.

§ 2º Na modalidade prevista no inciso I deste artigo, o imóvel poderá ser do Município ou locado e deverá ter padrão suficiente para acomodação do médico e seus familiares.

§ 3º Na modalidade de que trata o inciso II deste artigo, o Município de São Bento do Sapucaí adotará, como referência para o recurso pecuniário para locação de imóvel, padrão suficiente para acomodar o médico e, acaso necessário, seus familiares, os



valores mínimo e máximo de R\$ 550,00 (quinhentos e cinquenta reais) a R\$ 2.750,00 (dois mil setecentos e cinquenta reais), em observância aos padrões mínimos e máximos da Portaria 300/2017 da SGTES/MS.

§ 4º Na modalidade prevista no inciso II deste artigo, o médico participante deverá comprovar que o recurso pecuniário está sendo utilizado tão somente para a finalidade de despesa com moradia, encaminhando cópia do contrato de locação de imóvel no município de São Bento do Sapucaí ou qualquer outro instrumento hábil à comprovação de utilização do recurso com custeio de sua moradia.

§5º Poderá ser adotado valores superiores na modalidade prevista no inciso II, sendo necessário a comprovação do valor mediante 3 (três) cotações de custo no mercado imobiliário do município, observada a disponibilidade orçamentária e interesse público.

Art. 3º. A oferta de moradia aos médicos participantes do Programa Mais Médicos para o Brasil deverá atender às condições mínimas de habitabilidade e segurança.

Art. 4º. O fornecimento de auxílio alimentação ao médico participante será estabelecido entre os valores de R\$ 550,00 (quinhentos e cinquenta reais) a R\$ 770,00 (setecentos e setenta reais), mediante recurso pecuniário em observância aos padrões mínimos e máximos da Portaria 300/2017 da SGTES/MS.

§1º - Fica estabelecido o valor mensal do auxílio-alimentação devido aos médicos do Programa Mais Médicos para o Brasil, em R\$ 650,00 (seiscentos e cinquenta reais).

§2º - O valor estabelecido parágrafo primeiro será reajustado automaticamente, na mesma data e no mesmo índice, sempre que houver alteração na legislação que rege o auxílio-alimentação dos demais servidores públicos municipais.

Art. 5º. Os recursos pecuniários serão pagos aos médicos participantes com atuação no Município até o 5º dia útil do mês, mediante depósito em conta corrente com a titularidade do médico beneficiário.

Art. 6º. A ajuda de custo será paga a todos os profissionais ingressantes no Programa Médicos para o Brasil.

Art. 7º. O médico participante perderá o direito à percepção da complementação pecuniária DOS AUXÍLIOS nas seguintes hipóteses:

I - abandono ou desistência do Programa;

II - desligamento do Programa;

III - comprovação de desvio do auxílio moradia para outras finalidades.



Parágrafo único. A ausência injustificada do médico participante de suas atividades, por prazo superior a 30 (trinta) dias, ensejará a suspensão do benefício e a notificação do ocorrido à Coordenação do Programa.

Art. 8º. As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão à conta das verbas orçamentárias próprias, previstas para a Secretaria Municipal de Saúde, neste exercício e nos subsequentes, podendo ser suplementadas a acaso necessário.

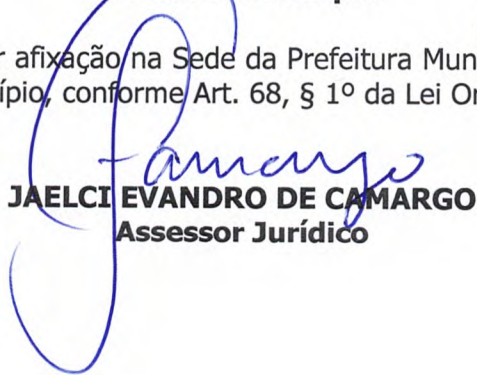
Art. 9º. Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

São Bento do Sapucaí, 22 de Janeiro de 2026.


GILBERTO DONIZETI DE SOUZA
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado por afixação na Sede da Prefeitura Municipal e publicado no Diário Oficial Eletrônico do Município, conforme Art. 68, § 1º da Lei Orgânica do Município.


Jaelci Evandro de Camargo
Assessor Jurídico